

DE ESCRAVIZADO A LIBERTO: FRAGMENTOS DA TRAJETÓRIA DE ONOFRE NUNES QUIROGA EM ALEGRETE/RS (1872-1911)

FROM ENSLAVED TO FREED: FRAGMENTS OF ONOFRE NUNES QUIROGA'S TRAVEL IN ALEGRETE/RS (1872-1911)

Márcio Jesus Ferreira Sônego¹

Resumo: Neste artigo específico pretende-se acompanhar fragmentos da trajetória individual e familiar de Onofre Nunes Quiroga, um ex-escravizado que conquistou a liberdade na vigência dos últimos anos da escravidão, adentrou o pós-abolição e viveu até as primeiras décadas do século XX em Alegrete/RS. No texto se almeja refletir acerca das possibilidades de ascensão social de um liberto, que mesmo num momento na qual o estigma da cor, aliado ao acirramento do preconceito racial estavam presentes diariamente em sua vida, tal sujeito conseguiu desempenhar papel importante e de uma certa elevação social e econômica no início do período republicano. Com base no cruzamento de fontes diversas (registros cartoriais e eclesiásticos)², utilizaremos como principal aporte teórico-metodológico os preceitos da micro-história e o método onomástico, objetivando reconstruir aspectos da vida de Onofre Nunes Quiroga, principalmente suas relações sociais, afetivas, familiares e econômicas.

Palavras-chave: Escravidão; Liberdade; Alforria; Pós-Abolição

Abstract: In this specific article, we intend to follow fragments of the individual and family trajectory of Onofre Nunes Quiroga, a former slave who won freedom during the last years of slavery, entered the post-abolition period and lived until the first decades of the 20th century in Alegrete. /RS. The text aims to reflect on the possibilities of social ascension of a freedman, who even at a time when the stigma of color, combined with the intensification of racial prejudice were daily present in his life, such a subject managed to play an important role and of a certain elevation social and economic at the beginning of the republican period. Based on the crossing of different sources (registry and ecclesiastical records), we will use as the main theoretical-methodological contribution the precepts of micro-history and the onomastic method, aiming to reconstruct aspects of Onofre Nunes Quiroga's life, mainly his social, affective, family relationships and economical.

Keywords: Slavery; Freedom; Manumission; Post-Abolition

LIBERDADE, MOBILIDADE E ASCENSÃO SOCIAL: A TRAJETÓRIA DE ONOFRE NUNES QUIROGA

Onofre nasceu cativo, ou melhor, foi escravizado e mantido em cativeiro por longos 27 anos. Não conseguimos identificar o registro de batismo dele, portanto, não sabemos exatamente o local de nascimento, mas pelo registro de casamento de Onofre em 1875, presumimos que ele tenha nascido em Alegrete mesmo, pois o vigário descreveu que tanto os noivos como os respectivos pais “eram naturais e moradores desta freguesia”, conforme iremos ver mais adiante. Nosso primeiro contato com a história de Onofre foi quando tivemos contato com as cartas de alforrias de Alegrete. Onofre conquistou sua liberdade em 1872, aos 27 anos de idade, era conhecido como “Quiroga”, cativo do senhor Vasco Nunes de Miranda, sendo a

¹ Historiador. Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Email: marcio.sonogo14@gmail.com

² As fontes documentais consultadas para elaboração deste artigo estão descritas nas notas de rodapé e, em ocasião da sua transcrição, optamos pela manutenção da sua grafia original.

carta concedida “mediante o pagamento, pelo escravo, de 800\$”³. Na alforria também é descrito que Onofre havia sido doado pelo finado pai do senhor, que se chamava Gaspar Nunes de Miranda.

Graças ao cruzamento de diversas fontes documentais nominativas, conseguimos localizar o inventário *post-mortem* de Gaspar Nunes de Miranda, sendo este alferes e grande sesmeiro na região da fronteira oeste desde 1818. Gaspar Nunes de Miranda casou-se em Alegrete no ano de 1824 com Isabel Custódia de Lima, de cujo matrimônio tiveram 12 filhos. Gaspar faleceu por volta de 1871, porém, seu inventário foi aberto somente em 1879, tendo como inventariante, a viúva Isabel Custódia de Lima. No inventário constava a descrição de 23 escravizados, dentre eles, nosso personagem Onofre, constando com 26 anos de idade e avaliado em 1:000\$. Pelo documento, ficamos sabendo que Gaspar Nunes de Miranda já tinha legado o cativo Onofre para Vasco Nunes de Miranda desde maio de 1864.⁴

Eu abaixo assignado declaro: que sendo senhor e possuidor do escravo Onofre, 19 anos, crioulo, e tendo já doado a minha filha, escravo, faço doação do acima declarado a meu filho Vasco Nunes de Miranda, para que desde já o receba como seu que fica sendo, podendo délle dispor como de sua propriedade. [...] Declaro mais, que estimo em oitocentos mil reis o valor presente do dito escravo⁵.

Neste sentido é interessante observar que Onofre é descrito como crioulo, ou seja, realmente nascido no Brasil. Outro ponto e detalhe que deve ser salientado é que provavelmente desde a data em que Onofre foi legado a Vasco Nunes de Miranda, em 1864, o cativo já estava prestando serviços para este novo senhor, entretanto, somente após a morte do legatário Gaspar Nunes de Miranda é que Onofre conseguiu conquistar sua liberdade em 1872 e pagando a quantia de 800\$, conforme valor estipulado pelo Alferes Gaspar Nunes de Miranda⁶. Ou seja, mesmo após Onofre ser doado a Vasco Nunes de Miranda, é provável que o cativo ainda mantivesse vínculos e prestasse serviços para Gaspar Nunes de Miranda. Seguindo nossa análise, peço atenção ao leitor para perceber que até esse momento o escravizado é somente nomeado na documentação como Onofre.

Ao analisarmos a conquista da liberdade por parte de Onofre, percebemos que ele pagou com pecúlio a sua carta de alforria, sendo que Onofre era um cativo campeiro e trabalhava diretamente nas lides campeiras. Alguns trabalhos historiográficos já demonstraram que alguns escravizados, principalmente nas zonas rurais, controlavam e dispunham de pequenos lotes de

³ Carta de alforria concedida no dia 07/05/1872 e registrada no dia 09/10/1872. Livro 01, p. 72r. APERS.

⁴ Inventário de Gaspar Nunes de Miranda, ano de 1879, Alegrete. Autos nº 435, maço 34, estante 65. APERS.

⁵ Ibid.,

⁶ Na descrição dos bens arrolados no inventário, Onofre aparece inicialmente com valor de 1:000\$, porém no termo de juramento de doação do cativo, o mesmo consta como avaliado em 800\$, valor pelo qual Onofre comprou sua alforria.

terras e também de animais de criação, cujo objetivo era a subsistência e também a venda dos excedentes obtidos nos mercados locais⁷. Dessa maneira, como Onofre foi um escravizado que trabalhou diretamente em estâncias da família Nunes de Miranda é muito provável que tenha recebido de seus senhores a permissão para possuir pequenos rebanhos, além de cultivar roças próprias, o que lhe possibilitou juntar pecúlio para a compra da sua liberdade.

Em 1875, passados três anos após conquistar a liberdade via alforria, encontramos Onofre se unindo em matrimônio com Cipriana (parda⁸). O casamento aconteceu no dia 02 de janeiro de 1875 na Igreja Matriz de Alegrete, sendo a cerimônia realizada pelo vigário José Antônio de Almeida e Silva, tendo como testemunhas, José Tavares e Martins da Silva. Cipriana Felisberta Rodrigues é mencionada como filha natural de Vasco Rodrigues e Felisberta Maria da Trindade, já Onofre Nunes Quiroga é descrito como filho natural da escrava Eva Nunes, não tendo o pai identificado, ambos, tanto a família de Cipriana, como a de Onofre são apresentados como naturais e residentes em Alegrete⁹. As informações contidas neste registro de casamento são valiosíssimas. Como vimos a pouco, Onofre conseguiu sua liberdade em 1872, sendo que na carta de alforria, ele aparece com este único nome, apenas sendo informado que ele era conhecido também como “Quiroga”, provavelmente um apelido. Sendo assim, após um período de três anos vivendo em liberdade, Onofre é designado num documento oficial com dois sobrenomes, ficando como Onofre Nunes Quiroga, portando o sobrenome senhorial Nunes e com o acréscimo do provável antigo apelido Quiroga. Tal fato comprova nossa hipótese, que Onofre continuou ligado por laços de dependência a antiga família senhorial, mantendo uma estreita relação social com os seus antigos proprietários, conforme se perceberá a seguir. Rogerio da Palma e Oswaldo Truzzi (2018) em análise sobre as redefinições de nomes utilizados por ex-escravizados no município de São Carlos (SP), elencam que:

No que se refere especificamente aos libertos, pode-se dizer que as heterogêneas expectativas de liberdade construídas por essa população fizeram parte de processos de disputa que envolviam distintas formas de reconhecimento. O reconhecimento da nova condição social de livre passava, por sua vez, pela criação de novas identificações. Desse ponto de vista, a manipulação do antigo nome era essencial para reafirmação da liberdade. Portando um estatuto econômico, político e jurídico inferior, os escravizados eram designados, nos documentos oficiais, com apenas um único nome. A partir da efetivação da liberdade, muitos ex-escravos tentaram o reconhecimento oficial de seus sobrenomes, com a intenção de se afastarem do estatuto de escravo. Este é o primeiro movimento a ser identificado: a nova condição de homens e mulheres livres exigia a adoção de um sobrenome, cabendo aqui lembrar que um “nome completo” significa a possibilidade de reivindicar direitos sociais do Estado (PALMA, TRUZZI, 2018, p. 311-312).

⁷ Sobre o assunto ver: ALADRÉN (2009); ARAÚJO (2008); FARINATTI (2007) e MATHEUS (2012).

⁸ Esta informação da cor de Cipriana se encontra num campo de observação do registro de casamento dela com Onofre. Documento referenciado abaixo.

⁹ Registros paroquiais de Alegrete. Casamentos 1872-1880. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-YQ9W-YX?i=634&cc=2177295&cat=366035>. Filme: 004005650. Acesso em: 19 abr. 2022.

Desse modo, Onofre ao se tornar um homem livre, utilizou-se da estratégia de adotar o sobrenome da ex-família senhorial, provavelmente procurando estabelecer uma nova forma de distinção social, o que fez com que ele institucionalizasse o mais rápido possível o novo nome, se utilizando de “uma economia onomástica”, como definem Rogerio da Palma e Oswaldo Truzzi (2018). Onofre ao adotar o sobrenome dos ex-senhores, além dos vínculos sociais que mantinha com eles, também deve ter percebido os prováveis benefícios sucedidos do reconhecimento social presente nessa nomeação. Porém, outro fato chama bastante a atenção, Onofre é descrito como “filho natural da escrava Eva Nunes”. É muito provável que Eva também pertencia a família de Gaspar Nunes de Miranda, pois a mesma já utilizava o sobrenome senhorial, o que denota, possivelmente, uma maior proximidade da cativa com a família Nunes de Miranda do que outros escravizados. Quanto à filiação paterna de Onofre, não encontramos informações acerca disso. Seria exagero desconfiar que Onofre poderia ser filho de Gaspar Nunes de Miranda ou de outro membro da família senhorial? Acreditamos que não, pois existiam casos no Brasil imperial de filhos cativos, fruto da relação entre senhores e suas escravizadas, sendo que na maioria das vezes os pais não reconheciam legalmente essas crianças. Finalmente, um último exemplo, que pode corroborar mais nossa hipótese, pois parece que não era novidade para Gaspar Nunes de Miranda ter filhos gerados fora do casamento formal, já que o mesmo teve um filho natural com uma indígena guarani, chamada Ana Eufrásia de Jesus. (CORRÊA, 2016). Nossas inquietações no momento ficam no campo hipotético, pois ainda não temos resposta concreta para isso, contudo, é de chamar a atenção tais considerações acima.

É provável que a adoção do sobrenome da família dos ex-senhores, expressasse uma estratégia por parte de Onofre, visando à manutenção ou até mesmo a ampliação de direitos costumeiros já adquiridos durante o cativeiro, sendo que a mesma estratégia deve ter sido acionada por sua mãe Eva. Após longos séculos de dominação escravista e senhorial, cativos e libertos acumularam várias estratégias e experiências na maneira de lidar com o poder dos senhores e de tirar proveito do paternalismo senhorial, não somente como subordinados, mas também como sujeitos ativos e protagonistas em suas decisões e nos laços sociais que estavam sendo renegociados cotidianamente. Aqui podemos utilizar a expressão “dependência reconstruída”, cunhada por Rogerio da Palma e Oswaldo Truzzi (2019) na análise sobre o caso de Felício, ex-cativo, que viveu no oeste paulista e continuou mantendo vínculos sociais e laços afetivos com o antigo senhor, tudo isso contado por meio de uma carta escrita por Felício.

Esta “dependência reconstruída” por parte de Onofre com a ex-família senhorial durou por longas décadas e foi a maneira encontrada por ele para conseguir ter certa ascensão

econômica e social, lhe viabilizando melhores condições de vida no pós-abolição. Foi redefinindo as relações sociais cotidianas ainda na vigência do cativo e de acordo com as possibilidades e a conjuntura, que Onofre provavelmente conseguiu assegurar e ampliar recursos que havia acumulado ao longo da vida cativa e depois em liberdade. Exemplo disso, é que depois de conquistar sua alforria, Onofre permaneceu prestando serviços para os descendentes da família Nunes Miranda, pois o mesmo foi capataz da Estância do Boqueirão¹⁰, entre 1889 a 1905, trabalhando diretamente para Demétrio Nunes Ribeiro¹¹ (DORNELLES, 2009). Este último, era filho do coronel Demétrio José Machado Ribeiro, casado com Carlota Nunes de Miranda, filha de Gaspar Nunes de Miranda e Isabel Custódia de Lima (ex-senhores de Onofre)¹².

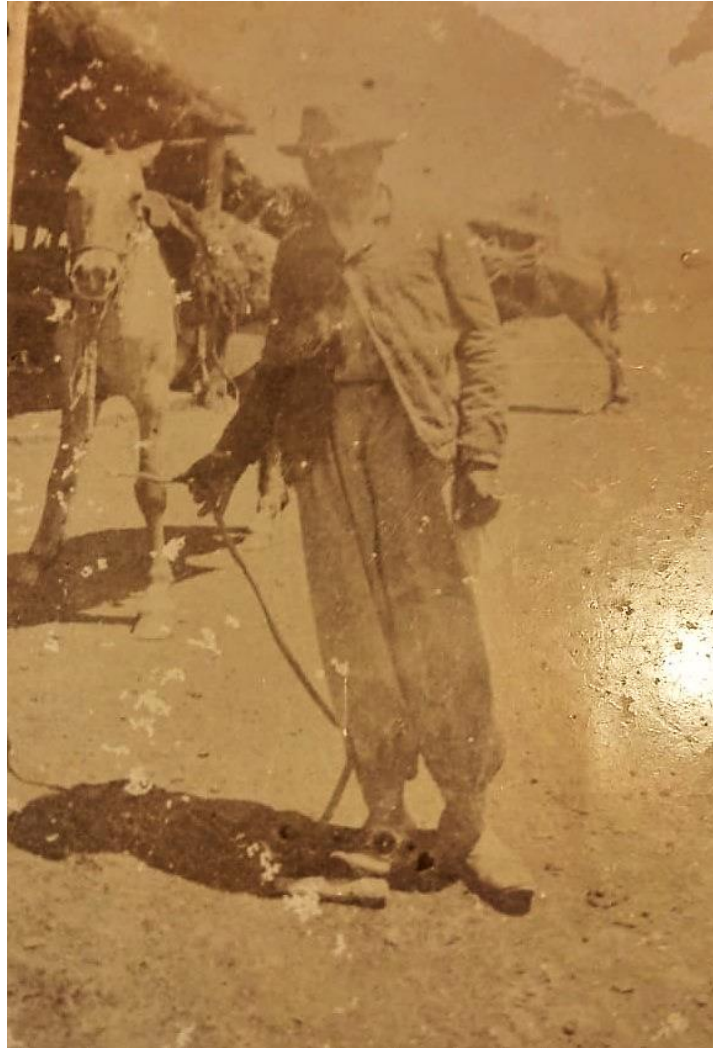
Abaixo, a única fotografia que conseguimos de Onofre Nunes Quiroga, está um pouco desfocada e apagada, devido ao tempo e as limitações técnicas da época. Porém, um registro histórico importante e de grande relevância para nosso estudo. Quanto ao histórico desta foto, não se têm muitas informações sobre a data. Conforme o bisneto de Onofre, sr. Fernando Quiroga, que atualmente preserva a fotografia, a mesma era da filha de Onofre, Clarinda Quiroga, que depois repassou para sua filha, Clara Quiroga. Tudo indica que a foto foi feita num estúdio chamado “Fotografia Popular”, na cidade uruguaia de Rivera, sendo o fotógrafo, Pedro de O. Borba, informações estas que constam no verso da fotografia. Aliás, no decorrer do texto, o leitor irá perceber algumas fotografias da família de Onofre Nunes Quiroga. Tais fotos evidenciam e visibilizam a imagem de uma família negra, construída com laços duradouros, afetividade, orgulho e resistência numa sociedade estruturalmente racista. As famílias negras mantiveram fortes vínculos entre si, construindo e deixando legados. As imagens remetem à força da união familiar e de relações coesas que estruturam uma família.

¹⁰ A Estância do Boqueirão se encontra a 55 Km de distância do centro urbano de Alegrete, fica localizada no 4º Subdistrito Vasco Alves (Rincão do 28). (DORNELLES, 2009).

¹¹ Demétrio Nunes Ribeiro foi o fundador da sede da estância do Boqueirão no ano de 1876. Demétrio Ribeiro era natural de Alegrete, sendo o primeiro ministro da agricultura após a proclamação da república, também foi deputado federal. Graduado em engenharia civil, foi um dos fundadores do Partido Republicano Riograndense (PRR), atuando também como jornalista e redator do jornal *A Federação*, órgão pertencente ao PRR.

¹² Uma curiosidade interessante é que o bisneto de Onofre Nunes Quiroga, o senhor Fernando Quiroga foi gerente e administrador da mesma fazenda do Boqueirão, durante o período de 15 anos. Fernando Quiroga ainda é vivo e atualmente reside na cidade de Canoas (região metropolitana de Porto Alegre). As informações precisas que ele nos relatou foram fundamentais nesta pesquisa sobre seu bisavô Onofre. Entrevista via online, no dia 04 de março de 2022.

Figura 01 – Ex-escravizado Onofre Nunes Quiroga [s.dt.]



Fonte: Acervo Particular de Fernando Quiroga.

Aspecto interessante que podemos analisar na foto acima é que Onofre Nunes Quiroga tinha suas atividades ligadas às lides campeiras, sendo que a fotografia provavelmente seja do período pós-abolição. Onofre ainda quando escravizado deveria ter o controle de pequenos rebanhos, pois era um cativo campeiro, o que lhe possibilitou formar o pecúlio e comprar sua alforria no ano de 1872. A importância da mão-de-obra cativa para a pecuária no Rio Grande do Sul já foi demonstrada por vários estudos que abordaram a temática da História Agrária (ZARTH, 2002; FARINATTI, 2007; OSÓRIO, 2008). No que se refere ao nosso *locus* de pesquisa, Alegrete tinha como principal atividade econômica, a pecuária, sendo que os escravizados designados como campeiros foram largamente difundidos e empregados nas atividades de lida com animais de criação (GARCIA, 2005, 2010; FARINATTI, 2007; MATHEUS, 2012). Por sua vez, é importante perceber o contexto e período, na qual Onofre conseguiu conquistar sua alforria, década de 1870. Marcelo Matheus (2012) se utilizando da

Lista de classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação, percebeu que a posse cativa estava largamente disseminada no município em meados da década de 1870. E acrescenta que:

Assim, mesmo em meio a desarticulação do sistema escravista, tanto em função do crescimento do movimento abolicionista, da busca dos cativos pela liberdade, quanto do protagonismo do Estado imperial, que tomava pra si a tarefa de legislar sobre a questão escravista, na fronteira oeste da província do Rio Grande, a mão-de-obra escrava, além de estar bastante difundida entre a população, ainda era largamente utilizada na principal atividade econômica da região, a pecuária (MATHEUS, 2012, p. 77).

Desse modo, Onofre, em plena década de 1870, sendo um cativo campeiro, conseguiu espaço para desenvolver uma “economia interna”¹³, o que lhe possibilitou comprar sua manumissão e se tornar um homem livre. Outro ponto, já muito analisado no primeiro capítulo desta tese é em relação a legislação emancipacionista da Lei do Ventre Livre (1871), e como os escravizados se utilizavam de dispositivos desta lei, para conseguirem a aquisição da liberdade pela compra da carta de alforria. Conforme já visto, o artigo 4º da Lei do Ventre Livre determinava que era permitido ao cativo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de “doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O Governo providenciará nos regulamentos sobre a collocação e segurança do mesmo pecúlio”¹⁴. Importante ressaltar que Onofre apresentou pecúlio para comprar sua liberdade no ano de 1872, ou seja, um ano após a promulgação da Lei do Ventre Livre. Com isso, podemos identificar provável influência dessa legislação na manumissão de Onofre, contudo, sabe-se, como já visto anteriormente, que a acumulação de pecúlio e alforrias pagas eram práticas costumeiras no Brasil bem antes da Lei do Ventre Livre.

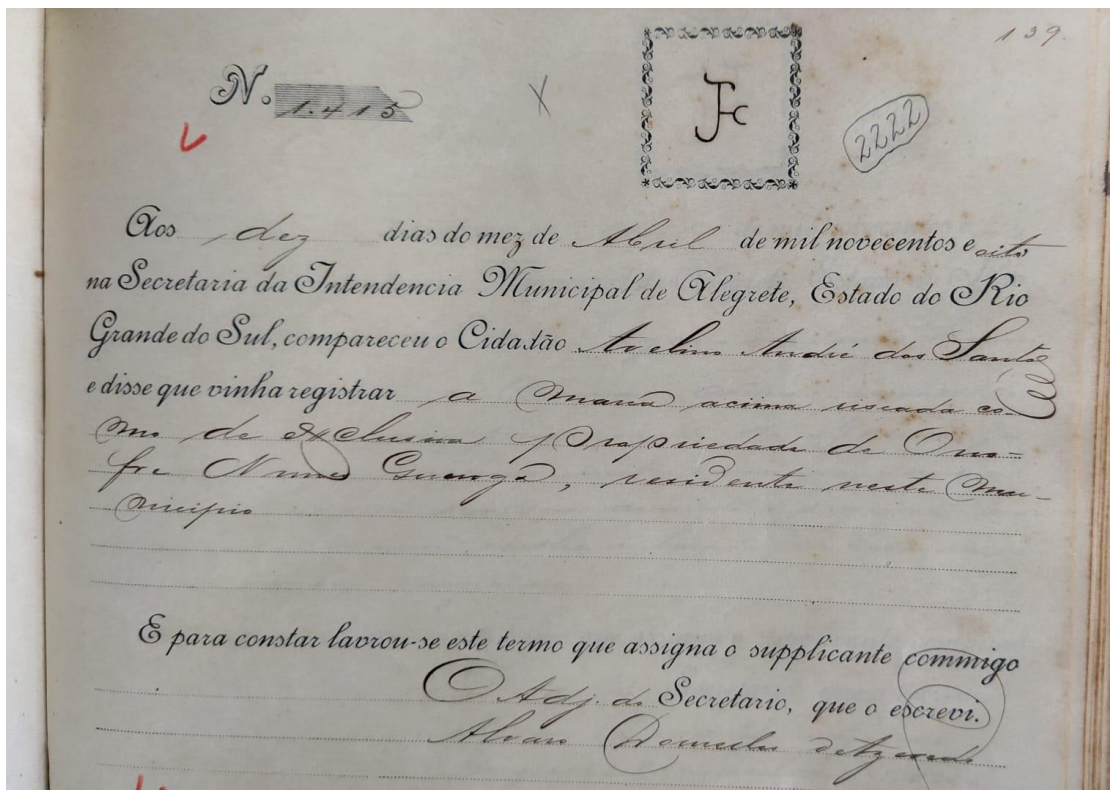
Tal sentimento de direitos e conquista de pequenas parcelas de terras e animais, talvez explique por que Onofre resolveu permanecer nas propriedades da família Nunes Miranda, ainda depois de alcançar a liberdade. Mesmo forro e depois de abolida a escravidão, Onofre buscou assegurar os recursos materiais que havia acumulado ao longo da vida cativa, alcançando uma posição econômica significativa em fins do século XIX e início do século XX. Este protagonismo, ascensão social, econômica, dinâmicas de trabalho e negociações marcaram a trajetória de Onofre Nunes Quiroga e sua família no pós-abolição. No ano de 1908, o senhor Acelino André dos Santos compareceu na Secretaria da Intendência Municipal de Alegrete para

¹³ Os senhores de escravizados cediam uma parcela de terra e tempo (geralmente domingos e feriados) aos seus cativos para que eles produzissem alimentos (produção de subsistência) e criassem pequenos animais. Na concepção de Robert Slenes, tal prática de concessões de roças e animais tornou-se um direito que começou a ser reivindicado pelos escravizados, interpretado como um acordo que os proprietários de cativos deveriam respeitar (ALADRÉN, 2009). Dessa maneira, a “economia interna” dos escravizados servia para que os mesmos aumentassem seus recursos e autonomia dentro do sistema escravista (SLENES, 1999).

¹⁴ Lei n.º 2.040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm. Acesso em: 1 out. 2021.

solicitar alguns registros de marcas de gados, sendo que uma destas solicitações era para registrar marcas do rebanho de Onofre e seus filhos. De acordo com Acelino André dos Santos, “vinha registrar a marca acima indicada como de exclusiva propriedade de Onofre Nunes Quiroga, residente neste município”¹⁵. No mesmo dia, 10 de abril de 1908, Acelino aproveitou e também registrou duas marcas de gado para Onofre Nunes Quiroga Filho e Dionizio Nunes Quiroga¹⁶, ambos filhos de Onofre.

Figura 02 – Registro de marca de gado pertencente a Onofre Nunes Quiroga



Fonte: AHMAMJT

Pelo documento acima, conseguimos constatar que Onofre Nunes Quiroga, em plena década de 1910, era criador de gado¹⁷, e não só ele, mas seus filhos também eram proprietários de reses e estavam envolvidos diretamente com a produção pecuária. Muito provavelmente, ocupavam as mesmas terras e deveriam ter negócios conjuntos, o que demonstra que essas famílias negras mantinham relações familiares e laços que os ligavam nas relações de trabalho. No caso da família de Onofre, conforme iremos identificar mais adiante, tudo indica que seus filhos se mantiveram trabalhando e morando com o Onofre, até a morte deste último (1911),

¹⁵ Livro de Marcas de Gado, nº 3A, p. 139. Secretaria da Intendência Municipal de Alegrete, 1908. AHMAMJT.

¹⁶ Livro de Marcas de Gado, nº 3A, p. 138-139. Secretaria da Intendência Municipal de Alegrete, 1908. AHMAMJT.

¹⁷ Localizamos também, Onofre Nunes Quiroga criando ovelhas, sendo que no ano de 1911 possuía 150 animais. Lançamento para a cobrança do imposto de 40 réis sobre ovelha, exercício de 1911, Alegrete. AHMAMJT.

sendo que depois alguns migraram para o centro urbano de Alegrete, pois não conseguiram mais manter a condição social, econômica e financeira de seus pais, tendo que até mesmo vender animais de criação e terras. Na verdade, ainda é preciso investigar mais detalhadamente sobre as migrações negras no pós-abolição em Alegrete (deslocamento do meio rural para urbano), mas provavelmente, muitos filhos e netos, descendentes diretos de ex-cativos, seguiram o exposto acima, migrando para a cidade. Carlos Eduardo Coutinho da Costa, analisando o processo de migração de negros, ex-escravizados e seus descendentes diretos e indiretos, oriundos do Vale do Paraíba e que se deslocaram para a região metropolitana do Rio de Janeiro, chegou a seguinte constatação:

Por fim, existiam os que migravam definitivamente para os centros em ascensão. Esse último grupo, formado em sua maioria por filhos e netos, descendentes diretos de ex-escravizados, apenas migrou na década de 1920, quando a condição social e financeira de seus pais não era mais possível de ser reproduzida. Para os que residiam no campo a erosão do solo, as pragas, a diminuição do emprego por conta da desvalorização do café afetou muito mais rapidamente o trabalhador no Vale do Paraíba. Provavelmente, para sobreviver tiveram de abrir mão do seu último bem, isto é, a terra. Afinal, toda a área desgastada passou a servir como pasto para o gado, que começava a se tornar a alternativa mais viável economicamente para a região.... A migração em massa não ocorreu no imediato pós-abolição. De acordo com a análise dos registros civis de nascimento, a maior parte dos migrantes chegou ao final da década de 1930. Ao cruzar essa informação com as entrevistas realizadas por Ana Rios, é possível afirmar que a migração definitiva do Vale do Paraíba para a Região Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro ocorreu entre as décadas de 1920 e 1940 e foi empreendida por jovens — nascidos nos anos posteriores à abolição — em sua maioria homens e solteiros. Tomando a migração como estratégia ativa de melhora de vida, e não como um resultado da desestruturação familiar, é possível observar outra configuração nesse processo vivenciado por descendentes diretos ou não de ex-escravizados: optaram por residir nas periferias da cidade do Rio de Janeiro, com destaque para área metropolitana, conhecida como Baixada Fluminense — uma região em ascensão onde era possível aliar o trabalho na lavoura com outros setores também importantes para a mobilidade social, como as escolas (COSTA, 2015, p. 107-121).

Retornando na análise de Onofre Nunes Quiroga, além de manter relações econômicas e sociais com a ex-família senhorial, alguns aspectos importantes permitem também mostrar que o mesmo tinha uma certa mobilidade social e redes de relações diferentes com outros sujeitos. No ano de 1903 foi aberto o inventário de João Antônio Cassamba, sendo Onofre o testamentário e inventariante da herança. Não conseguimos apurar mais informações sobre João Cassamba, pois o documento não é muito extenso, porém conseguimos averiguar que era uma herança, consistindo em um quarto de quadra de sesmaria de campo, 36 cabeças de gado vacum e uma égua. Entre os beneficiados com os bens do falecido, estavam a esposa de Onofre, Cipriana e um dos filhos do casal, Onofre Nunes Quiroga Filho¹⁸. João Antônio Cassamba¹⁹

¹⁸ Inventário de João Antônio Cassamba, ano de 1903, Alegrete. Autos nº 740, maço 52, estante 65. APERS.

¹⁹ O leitor deve lembrar, que no início do capítulo 1, tratamos de um caso em 1882, envolvendo um sujeito liberto também chamado de João Antônio Cassamba, que foi acusado, juntamente com outro forro, de matar e carrear um boi de outra propriedade. Por várias vezes, achamos que aquele João Antônio Cassamba é este mesmo do inventário, porém, na descrição do ocorrido em 1882, João Antônio Cassamba aparece como casado. Já o João Antônio Cassamba no inventário é descrito como solteiro e a cor não é mencionada. Somente mais documentos e cruzamento de informações podem elucidar se é a mesma pessoa.

deixou escrito no testamento que ambos os legatários eram seus afilhados, pois ele era solteiro, não tinha herdeiros e nem descendentes, enfatizando que tal ato foi feito de coração e por amizade. Assim sendo, tudo indica que João Cassamba²⁰ e a família de Onofre Quiroga tinham relações pessoais e de afeto, produzidas por eles ao longo da vida, relações essas que criaram laços de solidariedades e alianças entre eles.

Onofre Nunes Quiroga, um ex-escravizado, que depois de liberto conseguiu ter uma ascensão econômica e social, e mesmo numa sociedade demarcada racialmente, Onofre conseguiu ter visibilidade, reelaborando e acionando práticas, ações e negociações, mostrando que mesmo num país desigual e hierarquizado, os negros não foram sujeitos passivos e submissos, ao contrário, a história de Onofre, assim como de milhares de afrodescendentes, espalhados pelo Brasil, apresenta uma história de luta e protagonismo dos negros pela liberdade, autonomia e melhores condições de vida. É nesta perspectiva, que Petrônio Domingues (2009) ao abordar as maneiras como os negros reelaboraram identidades no pós-abolição, comenta que:

As experiências acumuladas durante a escravidão (a saber: as identidades plurais; a valorização da família; os laços de amizade, solidariedade e compadrio; os padrões de moralidade, ética e honra; o papel da mulher nas relações de gênero; as estratégias de negociação, acomodação, conflito e politização do cotidiano; a vida associativa em irmandades, confrarias e agremiações mutualistas) não foram apagadas da memória, mas reelaboradas e projetadas dinamicamente no período do pós-abolição (DOMINGUES, 2009, p. 239).

Onofre faleceu em novembro de 1911, constando em seu registro de óbito, a cor preta e tendo 62 anos de idade, a causa da morte foi devido a doença de tuberculose²¹. No mesmo ano foi aberto o seu inventário *post-mortem*, tendo como inventariante a sua esposa, Cipriana da Conceição Quiroga. Cipriana nomeou como seu representante e procurador o advogado Franklin Gomes Souto²². No auto do arrolamento, avaliação e partilha dos bens, Onofre legou casas na cidade e lotes de terras para seus filhos e filhas, sendo eles e elas: Dionísio Nunes Quiroga; Ezequiel Nunes Quiroga; Maria Quiroga; Clarinda Nunes Quiroga; Onofre Nunes Quiroga Filho; Maria Avelina Quiroga; Geraldo Nunes Quiroga; Alcibíades Nunes Quiroga;

²⁰ Porém, mesmo não aparecendo a cor de João Antônio Cassamba, no inventário, o sobrenome Cassamba denota origem africana, ecoando ancestralidade, o que pode pressupor que João Antônio era negro. Fábio Carlos Vieira Pinto (2010) pesquisou aspectos demográficos e identitários de famílias escravas em São José Del Rei, na primeira metade do século XIX, na qual percebeu grupos de africanos oriundos de Cassamba, referente à África Centro-Oeste. Atualmente existe uma vila chamada Cassamba, localizada no município de Luchazes, em Angola.

²¹ Registros Cíveis de Alegrete. Óbitos 1904-1921. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q57-89L5-3Z8Q?i=296&cat=2118>. Filme: 004102158. Acesso em: 1 fev. 2021.

²² Nos capítulos anteriores, já ouvimos falar algumas vezes sobre Franklin Gomes Souto, pois o mesmo atuou como curador de escravizados em ações de liberdade na segunda metade do século XIX em Alegrete. Gomes Souto também representou interesses senhoriais nas barras dos tribunais. Foi vereador no município em legislaturas na década de 1880 e também foi provedor do Hospital da Santa Casa de Caridade, entre 1892 a 1893. (FILHO, 1985).

Maria Cipriana Nunes Quiroga; Albertina Nunes Quiroga e Leontina Nunes Quiroga²³. Dona Cipriana Nunes Quiroga faleceu no dia 06 de setembro de 1923, com 60 anos de idade, sendo apresentada no atestado de óbito como também de cor preta. O declarante que compareceu no cartório foi seu filho, Onofre Nunes Quiroga Filho, descrito como proprietário naquela ocasião²⁴.

Onofre Nunes Quiroga, falecido em 1911, possuía terras, animais de criação, casas na cidade e durante sua trajetória sustentou e manteve sua família. Para além do convívio social com a ex-família senhorial, também manteve contato e criou relações e redes de sociabilidades com outros sujeitos. Onofre teve um protagonismo antes e depois da abolição, isto é, sua trajetória de vida foi pautada na experiência em direção à liberdade, à autonomia, ao reconhecimento social e ao exercício da cidadania. Não lutou apenas para deixar de ser cativo, mas também para passar a ser cidadão e a ter melhores condições de vida. Mesmo adotando o sobrenome Nunes dos ex-senhores, Onofre teve uma decisão muito particular de adotar o apelido Quiroga também como sobrenome, aliás, identidade e prática nominativa que permanece atualmente, preservado como sobrenome e na memória familiar, “os Quiroga do Alegrete”.

Mas *bem*, a história de Onofre e Cipriana não termina aqui, pois como percebemos, o casal formou uma família extensa, ao todo foram 11 filhos. Dentre estes, conseguimos pesquisar alguns fragmentos de suas trajetórias, o que consideramos importante, pois mostra como os descendentes diretos de Onofre e Cipriana não conseguiram manter o status e ascensão econômica e social de Onofre, isso muito devido às limitações impostas por uma sociedade preconceituosa e na qual vigoravam mecanismos de discriminação racial.

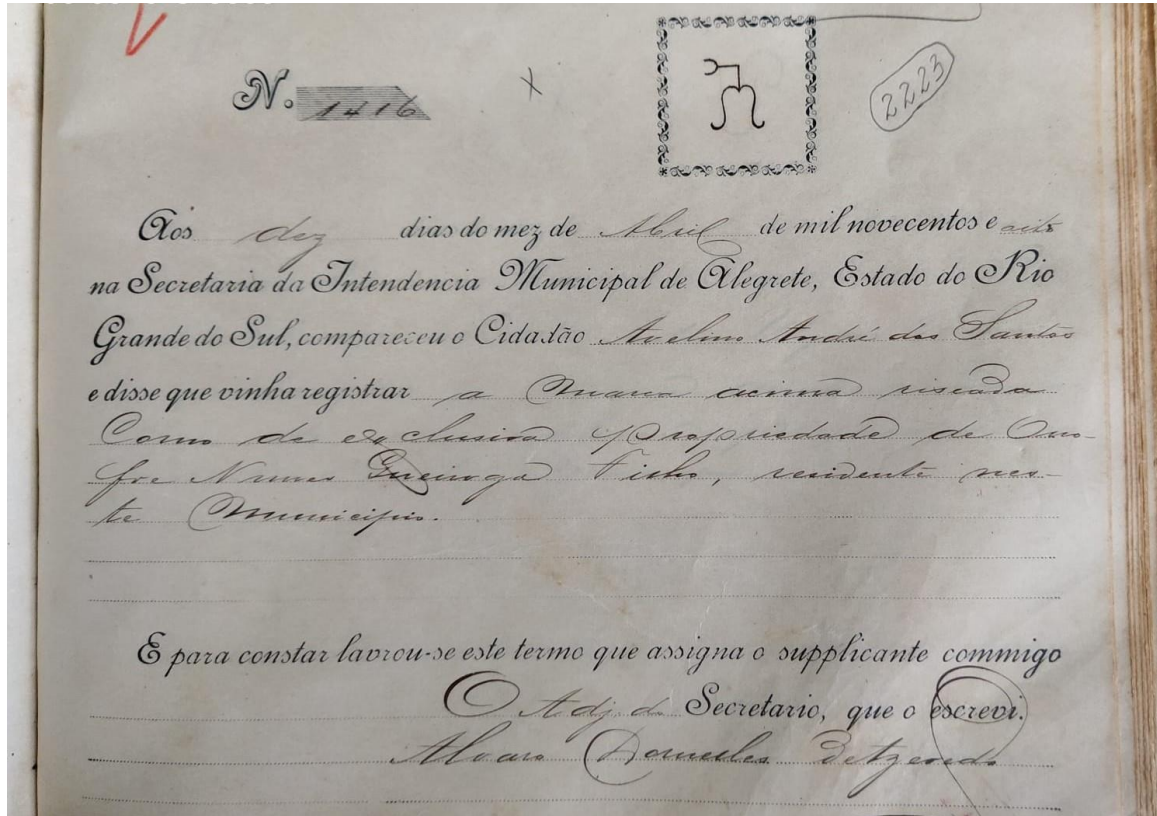
Onofre Nunes Quiroga Filho é um dos filhos que conseguimos encontrar rastros em alguns documentos. Conforme vimos, Onofre Filho foi o declarante do registro de óbito de sua mãe Cipriana, sendo ele descrito pelo tabelião do cartório como proprietário. Realmente, parece que Onofre Filho seguiu num primeiro momento a atividade do seu pai, se tornando também criador de gado, pois em 1908, Acelino André dos Santos compareceu na Secretaria da Intendência Municipal de Alegrete, alegando registrar a “marca acima riscada como de

²³ Inventário de Onofre Nunes Quiroga, ano de 1911, Alegrete. Autos nº 2.199, maço 98, estante 11. APERS. Os bens descritos eram: uma casa com paredes de tábuas, coberta de zinco, edificada em dois terrenos a rua em projeto paralela a rua Simplício Jacques; casas e terrenos comprados de Camilo Guterres do Prado e sua mulher; também uma parte de campos e matos correspondentes na Sesmaria do Rincão do Inferno no 1º distrito de Alegrete, costa do Ibirapuitã com área de 358 hectares, conforme lotação do imposto territorial com benfeitorias.

²⁴ Registros Civis de Alegrete. Óbitos 1921-1923. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q57-99G7-KWQP?i=6895&cat=2118>. Filme: 004209948. Acesso em: 6 ago. 2021.

exclusiva propriedade de Onofre Nunes Quiroga Filho, residente neste município”²⁵. Já no ano de 1909, o mesmo apareceu como possuidor de 24 reses de criar²⁶.

Figura 03 – Registro de marca de gado pertencente a Onofre Nunes Quiroga Filho



Fonte: AHMAMJT

Onofre Nunes Quiroga Filho faleceu de insuficiência cardíaca no dia 18 de janeiro de 1973, às sete horas, no Hospital Santa Casa de Caridade, descrito como de cor preta, profissão rural, natural, domiciliado e residente em Alegrete. De acordo com informações do registro de óbito, era casado²⁷, filho de Onofre Nunes Quiroga e Cipriana Nunes Quiroga²⁸.

²⁵ Livro de Marcas de Gado, n° 3A, p.138. Secretaria da Intendência Municipal de Alegrete, 1908. AHMAMJT.

²⁶ Lançamento para cobrança do imposto pecuário, no exercício de 1909, Alegrete. AHMAMJT.

²⁷ Onofre Nunes Quiroga Filho foi casado em primeiras núpcias com Olívia Lemes Quiroga. Esta última faleceu quase duas décadas antes do marido, tendo falecido no dia 28 de novembro de 1954, constando como de cor mista e profissão de **doméstica**. Tinha 64 anos de idade, sendo a causa da morte apoplexia cerebral. O casal tinha 10 filhos. In: Livro 35, folha 266. Registro de óbito, cartório de registro civil de Alegrete, 30 de novembro de 1954. AHMAMJT. Fizemos questão de grifar a palavra doméstica, pois mostra que mesmo Onofre Nunes Quiroga Filho sendo criador de gado, sua esposa mantinha a ocupação de doméstica. Conforme vimos no início deste capítulo, depois da abolição, o trabalho doméstico continuou sendo a principal prática dos então ex-cativos, principalmente para as mulheres e suas descendentes, sendo que as relações de dependência, opressão e exploração continuaram vigorando, mesmo depois de abolida a escravidão em 1888. Encontramos o registro de óbito, de uma das filhas do casal, chamada Cibeline Quiroga da Rosa, falecida em abril de 1960, aos 40 anos de idade, descrita como de cor preta, casada e também com a ocupação de **doméstica**. In: Livro 39, folha 68. Registro de óbito, cartório de registro civil de Alegrete, 01 de abril de 1960. AHMAMJT.

²⁸ Livro 48, folha 226v. Registro de óbito, cartório de registro civil de Alegrete, 18 de janeiro de 1973. AHMAMJT.

Figura 04 – Onofre Nunes Quiroga Filho e sua primeira esposa Olívia Lemes Quiroga



Créditos e envio: Fernando Quiroga Fonseca [s.d].

O período pós-abolição continuou sendo um tempo de incertezas para os sujeitos negros egressos da escravidão e seus descendentes. No caso de Onofre Filho, tudo indica que o mesmo não conseguiu sobreviver somente com a atividade de criador de gado, não mantendo sua autonomia financeira e nem o controle do seu ritmo de trabalho. Desse modo, Onofre Filho também trabalhou como empregado no Matadouro Público Municipal, exercendo a função de praiheiro²⁹. Na ficha cadastral, consta que se aposentou no dia 16 de fevereiro de 1950³⁰. Através dos fragmentos da trajetória de Onofre Nunes Quiroga Filho é possível perceber como a itinerância foi também um elemento recorrente na vida de muitos descendentes dos egressos da escravidão, principalmente daqueles que permaneceram ligados ao trabalho rural. No caso de Onofre Filho é perceptível a mudança constante de local de trabalho e ocupações. Mais uma vez, graças ao método onomástico, que utiliza o nome como fio condutor da investigação, conseguimos acompanhar que Onofre Nunes Quiroga Filho compareceu em 1933 no cartório de Alegrete para registrar o óbito do filho José Quiroga, falecido com apenas 04 anos de idade, descrito como de cor parda³¹. Já quanto a descrição de Onofre, ele é apresentado como casado

²⁹ Sobre a ocupação de praiheiro, encontramos a seguinte definição: sujeito que toma conta dos arredores próximos à sede da fazenda. Uma espécie de caseiro. Pessoa que realiza suas funções ligadas à praia, terreno que circunda a casa principal, trabalha sem o cavalo (LEITE, 2010).

³⁰ Livro para registro das alterações do funcionalismo da Intendência Municipal de Alegrete, 1944, p. 125. AHMAMJT.

³¹ Registros Cíveis de Alegrete. Óbitos. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q57-L9G7-XKKC?i=1988&cat=2118>. Filme: 004209949. Acesso em: 7 jun. 2022.

e de ocupação de jornaleiro³². Este processo de sazonalidade do trabalho, sobretudo, para trabalhadores negros, mostra que estes sujeitos estavam se deparando com um mundo de incertezas e precariedades, e conscientes dessas imprevisibilidades, acionavam táticas para diminuir a exploração, reinventando estratégias de sobrevivência, através de negociações e sociabilidades.

As lutas dos negros após a abolição aconteceram em vários espaços, sobretudo, nas pequenas atitudes cotidianas. Tais arranjos foram essenciais para a sobrevivência da população negra. Ainda sobre Onofre Nunes Quiroga Filho, o mesmo entrou com um requerimento na Prefeitura Municipal de Alegrete, no ano de 1949. Na ocasião, ainda como funcionário do matadouro municipal, Onofre Quiroga Filho estava com uma dívida ativa com o imposto predial de sua casa, situada na rua Barão do Amazonas. No processo, ele requeria cancelamento da dívida e a isenção de futuros impostos. Como justificativa, ele alegou que residia “em modesta casinha, de sua propriedade, em terreno inundável, que é modesto servidor da municipalidade, só com sacrifício da sua família poderá pagar a dívida e os impostos”³³. Onofre Filho devia a quantia de Cr.\$ 180, 30 (cento e oitenta cruzeiros e trinta centavos).

Além da justificativa de Onofre em relação a sua solicitação de perdão da dívida, outros setores da prefeitura acabaram também fazendo pareceres sobre a situação financeira e familiar de Onofre, sendo que no dia 12 de agosto de 1949, a Contadoria Municipal enviou um memorando para o prefeito, alegando que “trata-se de um pequeno prédio de madeira, situado no prolongamento da rua Barão do Amazonas, não ligado às redes de água e esgoto”³⁴. Já alguns dias após, no dia 16 de agosto, o Subprefeito do 1º distrito, Rubens Alves Pereira encaminhou um documento novamente para o prefeito, dizendo que Onofre era “pessoa muito pobre, exerce sua profissão como empregado do Matadouro, percebendo a quantia de Cr.\$ 360,00 mensais. É chefe de numerosa família”³⁵. O processo administrativo tramitou por alguns meses em vários setores da prefeitura, sendo que após análise, o prefeito Arthur Bento Hormain remeteu o processo para a Câmara Municipal emitir o parecer final. A comissão de orçamento da câmara concluiu que “a lei 31 só permite a isenção de futuros impostos às viúvas pobres, com encargo de família, essa não é a situação do requerente, nada impede, porém, que se conceda o

³² Como já citado nesta tese, Guilherme Pedroso (2022) percebeu em sua pesquisa que os trabalhadores negros de Alegrete se concentravam com maior expressividade nas ocupações de jornaleiros e agencias na primeira década do século XX. Sobre isso, o autor ainda acrescenta: “Em Alegrete, se pensarmos nos jornaleiros e agencias, por exemplo, muitos poderiam morar por períodos determinados nas estâncias onde desenvolviam trabalhos sazonais, e em outros momentos perambular pela região urbana do município em busca de novas ocupações e, nesse momento, experienciar o desabrigo” (PEDROSO, 2022, p. 37).

³³ Processo Administrativo da Prefeitura Municipal de Alegrete, nº 194, de 11 de agosto de 1949. AHMAMJT.

³⁴ Ibid.

³⁵ Ibid.

abatimento de 50% sobre sua dívida ativa”³⁶. Assim sendo, Onofre Filho teve parte de seu requerimento atendido, tendo um desconto de metade do valor total da dívida.

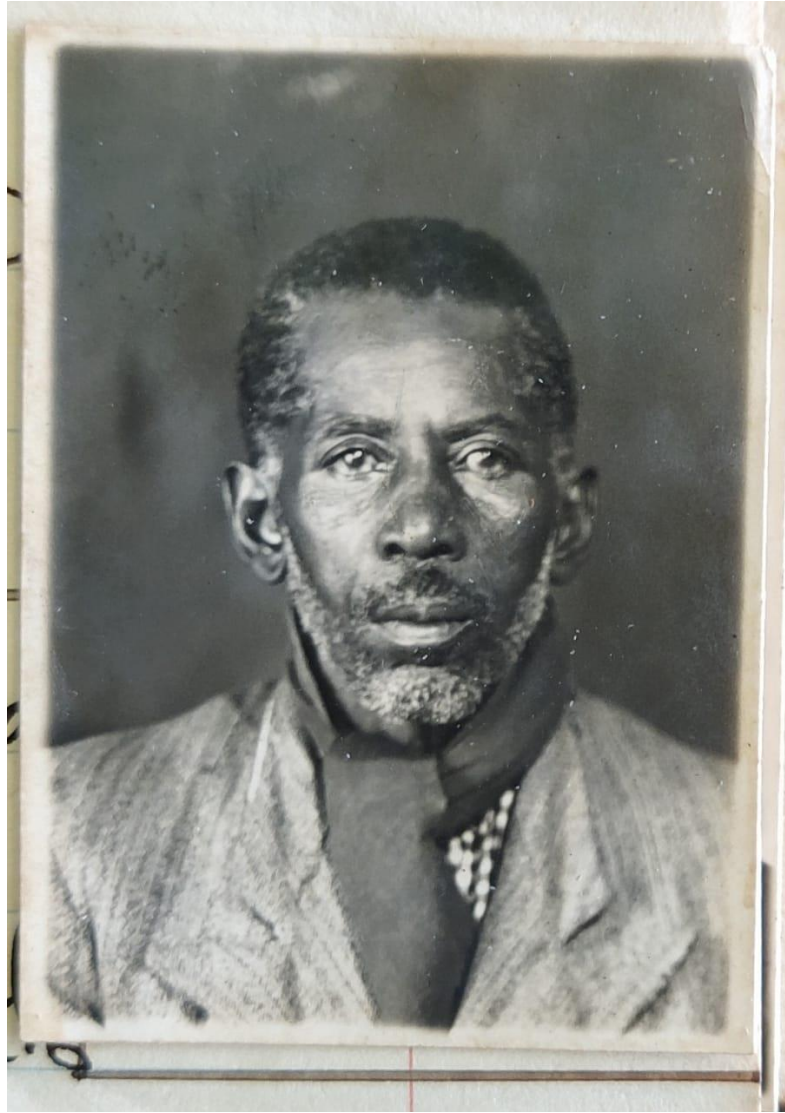
Ao escrever sobre esse caso de Onofre Nunes Quiroga Filho, podemos perceber como os arranjos cotidianos foram importantes para esses sujeitos negros e descendentes de escravizados. Reconstituindo essa experiência de Onofre, observamos que ele procurou caminhos e tentativas de arbitrar sobre sua vida e de se arrumar sob perspectiva própria, atenuado em negociações cotidianas e redes de contatos e sociabilidades. Com uma boa dose de “imaginação histórica” e sensibilidade, podemos deduzir que Onofre tinha alguma ligação afetiva ou de convívio com o subprefeito e o contador municipal, pois ambos o ajudaram no processo e no objetivo desejado, sendo tais relações e negociações invisíveis no registro documental, porém, não podem ser descartadas.

Nesta astúcia e luta pela sobrevivência cotidiana, mais uma vez, encontramos Onofre Filho lutando por melhores condições de vida. Em 1951, já aposentado da municipalidade, ele entrou com um requerimento, solicitando aumento de seu vencimento, justificando que recebia a pequena quantia de Cr.\$ 500,00 e possuía um grande encargo de família. Interessante é que a justificativa foi feita pelo próprio Onofre, contendo sua assinatura, e ao longo do texto, ele também expõe que já estava com a saúde prejudicada, abalada pela idade, o que lhe dificultava trabalhar em outro serviço. Dessa maneira, solicitava ao prefeito que aumentasse seu salário, “que de dia a dia se tornam menores em vista do custo de vida subir de uma maneira assombrosa e essa importância recebida não lhe ser suficiente para prover sua subsistência e de sua numerosa família”³⁷. Após o processo ser enviado para a Câmara Municipal, esta julgou improcedente o pedido de Onofre, visto que para o aumento de salário acontecer, seria preciso que se modificasse todo o quadro de inativos, revisão que só iria acontecer no ano de 1952. Com isso, o processo foi arquivado. Mesmo tendo seu pedido rejeitado, não se pode desconsiderar a sagacidade de Onofre, na tentativa de aumentar seu salário, visando melhores condições de vida e sobrevivência. Um protagonista, lutando por direitos e cidadania.

³⁶ Ibid.

³⁷ Processo Administrativo da Prefeitura Municipal de Alegrete, nº 116, de 08 de maio de 1951. AHMAMJT.

Figura 05– Foto que consta no registro cadastral de Onofre Filho. Intendência Municipal de Alegrete



Fonte: AHMAMJT.

Já Ezequiel Nunes Quiroga casou-se com Juliana Coimbra de Aguiar, no dia 21 de junho de 1906. O casamento aconteceu na casa de Arelino André dos Santos (testemunha do noivo), às 2 horas da tarde. Além dos cônjuges, estavam presentes Onofre Nunes Quiroga e Cipriana Quiroga (pai e mãe do noivo), Elena de Aguiar (mãe da noiva), as testemunhas Alberto Ludgero dos Santos³⁸, Orestes Maria de Almeida e o já citado Arelino André dos Santos. O casamento foi realizado pelo juiz distrital, João Paulo de Freitas Valle, tendo como escrivão, o senhor Álvaro Ignácio de Medeiros³⁹. Além deste registro de casamento, conseguimos encontrar novamente informações sobre Ezequiel no atestado de seu óbito, acontecido no dia 24 de junho

³⁸ No recente e já comentado livro publicado por Márcio Sônego (2022) sobre a presença dos trabalhadores negros no Clube União Operária de Alegrete, Alberto Ludgero dos Santos aparece como sócio da entidade desde o ano de 1929, com 60 anos de idade, casado e com a profissão de carpinteiro. Faleceu em 31 de dezembro de 1944, aos 68 anos de idade, descrito como de cor mista e filho de Efigenia Nunes dos Santos.

³⁹ Registros de Matrimônios do Cartório de Registro Civil da Comarca de Alegrete, 1906. CEPAL.

de 1942, falecendo aos 61 anos de idade, tendo como causa da morte, a doença de tuberculose. No assento de óbito, Ezequiel é descrito como de cor mista⁴⁰. Já Juliana Coimbra Quiroga faleceu no dia 07 de outubro de 1962, em seu domicílio, com 75 anos de idade, profissão de doméstica, já constando como viúva, de cor branca e filha de pais ignorados. A causa da morte foi devido a uma insuficiência cardíaca⁴¹.

Figura 06 – Foto de Ezequiel Nunes Quiroga



Créditos e envio: Fernando Quiroga Fonseca

Através do procedimento metodológico da *micro-história* e da ligação nominativa adotada ao longo desta pesquisa, foi possível perceber alguns fragmentos das experiências de Ezequiel Nunes Quiroga e sua esposa Juliana. No ano de 1935, faleceu um dos filhos do casal, chamado Edevirgem Nunes Quiroga, tendo 20 anos de idade, cor preta, solteiro, profissão de jornalista. Nas informações do registro de óbito, consta que Ezequiel Nunes Quiroga era

⁴⁰ Livro 28, folha 20. Registro de óbito, cartório de registro civil de Alegrete, 25 de junho de 1942. AHMAMJT.

⁴¹ Livro 41, folha 46. Registro de óbito, cartório de registro civil de Alegrete, 10 de outubro de 1962. AHMAMJT.

também jornalista e já Juliana Nunes Quiroga com a ocupação de doméstica⁴². Décadas mais tarde, no ano de 1967, faleceu outra filha do casal, Albertina Nunes Quiroga, com 45 anos de idade, profissão de doméstica, tendo como causa da morte, pancreatite. Nos chamou a atenção, que diferente dos outros sujeitos, Albertina foi descrita como de cor branca⁴³. Em páginas anteriores, já abordamos a respeito do processo e fenômeno de branqueamento, principalmente em documentos oficiais, sendo essa uma das modalidades do racismo à brasileira (DOMINGUES, 2002) e também a perspectiva do “branqueamento social” no país (ALBUQUERQUE, 2009). Parece que Albertina, citada acima, teve este nome em homenagem à sua tia, Albertina Nunes Quiroga, esta falecida um ano antes da sobrinha, em 1966, com 76 anos de idade, doméstica e também listada como de cor branca⁴⁴. Por fim, em 1986 faleceu outro filho do casal Ezequiel e Juliana, sendo Abílio Nunes Quiroga⁴⁵, descrito no atestado de óbito, com 57 anos de idade, casado, profissão de pintor e cor morena⁴⁶.

Já Alcibíades Nunes Quiroga faleceu no ano de 1959, com 66 anos de idade. No primeiro matrimônio foi casado com Ernestina Jaques Quiroga, esta falecida em 1945, aos 44 anos de idade, constando no registro de óbito como de cor mista, o casal não deixou filhos⁴⁷. Já seu segundo casamento foi com Maria Izabel Costa Quiroga, que teve seu falecimento no ano de 1989, descrita com 86 anos de idade, aposentada e de cor preta, sendo que o casal também não tinha filhos⁴⁸. Alcibíades, assim como o irmão Ezequiel, exercia a ocupação de jornalista⁴⁹. Clarinda Nunes Quiroga morreu em março de 1950, constando apenas que era viúva e de cor preta⁵⁰. Dos filhos e filhas do casal Onofre Nunes Quiroga e Cipriana Quiroga, o último indício e itinerário que conseguimos refazer foi a de Maria Avelina Nunes Quiroga, falecida no dia 28 de junho de 1964, com 75 anos de idade, solteira e com a profissão de doméstica⁵¹. Cruzando

⁴² Livro 23, folha 122. Registro de óbito, cartório de registro civil de Alegrete, 04 de outubro de 1935. AHMAMJT.

⁴³ Livro 45, folhas 123v8. Registro de óbito, cartório de registro civil de Alegrete, 18 de agosto de 1967. AHMAMJT.

⁴⁴ Livro 44, folha 212v8. Registro de óbito, cartório de registro civil de Alegrete, 31 de outubro de 1966. AHMAMJT.

⁴⁵ Em Alegrete existe uma rua denominada Abílio Nunes Quiroga, situada no Bairro Nossa Senhora da Conceição Aparecida, zona lesta da cidade.

⁴⁶ Livro C/11, folha 67v. Registro de óbito, cartório de registro civil de Alegrete, 03 de novembro de 1986. AHMAMJT.

⁴⁷ Livro 29, folha 233. Registro de óbito, cartório de registro civil de Alegrete, 27 de agosto de 1945. AHMAMJT.

⁴⁸ Livro C/N 13, folha 100v. Registro de óbito, cartório civil de Alegrete, 15 de maio de 1989. AHMAMJT.

⁴⁹ Livro 38, folha 264v. Registro de óbito, cartório de registro civil de Alegrete, 22 de setembro de 1959. AHMAMJT.

⁵⁰ Livro 32, folha 59. Registro de óbito, cartório de registro civil de Alegrete, 22 de março de 1950. AHMAMJT. Conseguimos localizar os registros de óbitos de três filhas de Clarinda, sendo a primeira, Georgina Quiroga, falecida em outubro de 1943, com 27 anos de idade, de cor mista, doméstica e solteira; Baselice Quiroga Fonseca, que faleceu em julho de 1987, aos 69 anos de idade, viúva, pensionista e de cor morena; Clara Quiroga, que veio a óbito em junho de 2002, com 81 anos de idade, solteira, profissão do lar (aposentada) e de cor mista. In: Livro 28, folha 240, 02 de outubro de 1943; Livro 11, folha 250v, 27 de julho de 1987; Livro 36, folha 51, 21 de junho de 2002. Registros de óbitos, cartório de registro civil de Alegrete. AHMAMJT.

⁵¹ Livro 45 folha 202v. Registro de óbito, cartório de registro civil de Alegrete, 30 de junho de 1964. AHMAMJT.

este registro cartorial de óbito com outra fonte documental produzida décadas antes, foi possível encontrar novamente Maria Avelina, sendo plausível perceber como era imprevisível a vida para os negros no pós-abolição, numa sociedade que continuou marcada sobre profundas desigualdades econômicas, sociais e raciais. No ano de 1939, Maria Avelina Nunes Quiroga compareceu na Secretaria da Fazenda da Intendência de Alegrete, solicitando cancelamento das dívidas relativas ao imposto predial e também que o imóvel dela ficasse isento de impostos em exercícios futuros. Pra isso acontecer, Maria Avelina precisou de uma justificativa embasada e plausível, sendo que ela argumentou em sua defesa a seguinte nota:

1° - Que há cerca de 16 anos faleceu, nesta cidade, sua mãe, Cipriana Nunes Quiroga, deixando oito filhos e uma casinha de táboas, sita a rua Dr. João Benício, nesta cidade, para ser entre eles partilhado;

2° - Que, por falta de recurso e também por não haver por parte dos herdeiros interesse na partilha não se procedeu, até hoje ao inventário de sua mãe;

3° - Que, embóra com muito sacrifício, tem a requerente amortizado a pequena dívida da herança para com a municipalidade, proveniente do imposto a que está sujeito o imóvel em apreço;

4° - Que acaba de ser notificada pelos procuradores da Prefeitura para pagar dentro de curto prazo o débito da herança, apurado até o exercício de 1938.

Isto posto e com fundamento no dec. n° 801, de 7 de dezembro de 1938, pede a signatária digne-se V. Ex. de mandar cancelar o débito em apreço, e também, si possível, isentar o imóvel de impostos nos futuros exercícios⁵².

Com informações adicionais no requerimento, constava que Maria Avelina era solteira, lavadeira, tendo 48 anos de idade e que cuidava de dois sobrinhos menores. Com relação a casa, esta era de madeira, possuindo quatro pequenas peças em mau estado de conservação, sem energia elétrica e nem água encanada. Não conseguimos saber se Maria Avelina conseguiu a isenção das dívidas junto à municipalidade. Porém, tais informações do documento, mostram como essas trajetórias e experiências dos descendentes de escravizados e libertos foi complexa e com muitos graus de dificuldades, devido as barreiras da discriminação e do preconceito de cor. Mas mesmo, surpreendidos pelas dificuldades impostas pelo sistema, os filhos e filhas de Onofre estão longe da “vitimização”, pois, mesmo com todas as adversidades, conseguiram desenvolver novas estratégias de sobrevivência, seja como jornaleiros, domésticas e lavadeiras, foram agentes e protagonistas no pós-abolição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da trajetória de Onofre Nunes Quiroga, exploramos a questão da inserção social de um ex-escravizado e seus descendentes no pós-abolição, conseguindo perceber alguns fragmentos das experiências cotidianas desse sujeito, analisando suas expectativas de liberdade, trabalho, moradia, relações familiares, de amizade e redes de solidariedades e sociabilidades.

⁵² Livro de Cobrança de Impostos. Prefeitura Municipal de Alegrete, 13 de dezembro de 1939. AHMAMJT.

Por fim, após a abolição oficial da escravidão, mais um desafio foi colocado para ex-escravizados e seus descendentes, que precisaram recorrer e elaborar novas formas de atuação e estratégias para viverem numa sociedade hierarquizada, excludente e racializada.

Foi perceptível a dificuldade enfrentada pelos libertos em se inserir na sociedade pós-abolição. No entanto, os libertos e descendentes não se reduziram a passividade e acomodação, pois continuaram se valendo, sobretudo, de estratégias de vida e sobrevivência nos anos que seguiram a abolição, através do trabalho, do associativismo, da imprensa, das relações de sociabilidades, amizades e redes de apoio e proteção, para lutarem pelo direito à cidadania e ao exercício de suas liberdades. Mesmo num período de conflitos e incertezas para os egressos do cativeiro, demonstramos que homens e mulheres negros e negras reagiram de diversas maneiras a essas políticas de exclusão e controle, formulando dentro de suas possibilidades, projetos próprios e estratégias de mobilidade e inserção social, caso de Onofre Nunes Quiroga e seus descendentes. A corrente historiográfica do pós-abolição é fértil e dinâmica, novas pesquisas trarão à cena distintas trajetórias de sujeitos negros que buscaram, por caminhos diversos, autonomia e mobilidade social na região. Por ora, esta é a nossa contribuição.

BIBLIOGRAFIA

ALADRÉN, Gabriel. **Liberdades negras nas paragens do Sul**: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **O jogo da dissimulação**: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ARAÚJO, Thiago Leitão de. **Escravidão, Fronteira e Liberdade**: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884). 2008. 333 p. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CORRÊA, Mariana M. O povoamento da fronteira: a lógica de apropriação de terras na fronteira meridional do império luso-brasileiro no início do século XIX. *In*: 13º Encontro Estadual de História da ANPUH RS. 2016. Santa Cruz do Sul/RS. **Anais...** Santa Cruz do Sul, 2016.

COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. Migrações negras no pós-abolição do sudeste cafeeiro (1888-1940). **Topoi** (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 101-126, jan./jun. 2015.

DOMINGUES, Petrônio. Negros de Almas Brancas? A Ideologia do Branqueamento no Interior da Comunidade Negra em São Paulo, 1915-1930. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 24, n. 3, p. 563-599, 2002.

DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 16, n. 30, p. 215-250, dez. 2009.

DORNELLES, Homero. **Porteiras da História**. Estâncias Centenárias de Alegrete, volume II. Alegrete: Nosso Guia, 2009.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins Meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). 2007. 421 p. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FILHO, Luiz Araújo. **O município de Alegrete**. Porto Alegre: CORAG, 1985.

GARCIA, Graciela Bonassa. **O Domínio da Terra**: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista. 2005. 195 p. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GARCIA, Graciela Bonassa. **Terra, Trabalho e Propriedade**: a estrutura agrária da campanha rio-grandense nas décadas finais do período imperial (1870-1890). 2010. 208 p. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

LEITE, Maria Olivia Ferreira. **Comitiva de boiadeiros no Pantanal Sul-Mato-Grossense**: modo de vida e leitura da paisagem. 2010. 232 p. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MATHEUS, Marcelo Santos. **Fronteiras da Liberdade**: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império brasileiro (província do Rio Grande de São Pedro, Alegrete, 1829-1888). 2012. 239 p. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

OSÓRIO, Helen. **O império português ao sul da América**: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PALMA, Rogério da; TRUZZI, Oswaldo. Renomear para Recomeçar: Lógicas Onomásticas no Pós-abolição. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 2, p. 311-340, 2018.

PALMA, Rogério da; TRUZZI, Oswaldo. A dependência reconstruída: a trajetória do escravo Felício no oeste paulista (1847-1920). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 99, p. 1-20, 2019.

PEDROSO, Guilherme Vargas. Trabalhadores e Repressão no Pós-Abolição em Alegrete/RS. **História em Revista**, Pelotas, v. 27/2, p. 24-41, jul. 2022.

PINTO, Fábio Carlos Vieira. **Família escrava em São José Del Rei**: aspectos demográficos e identitários (1830-1850). 2010. 149 p. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, 2010.

SÔNEGO, Márcio Jesus Ferreira. **Uma introdução à história dos trabalhadores negros no Clube União Operária de Alegrete**. Porto Alegre: Gráfica e Editora RJR, 2022.

SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao Moderno**: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002.